



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação oral

### Revisão do Estudo do Plano Geral Urbanístico do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco de Macau e das Zonas Envolventes

As instalações complementares nas proximidades das Portas do Cerco estão a atingir o ponto de saturação e, como aí vai ser construída a estação do metro ligeiro, já em 2010 o Governo tinha planeado melhorar a rede rodoviária daquela zona, para transformar as Portas do Cerco num acesso modernizado da cidade, segundo o posicionamento de centro mundial de turismo e lazer. Em 2011, o Governo abriu um concurso público, para delegar a uma empresa de consultadoria um estudo sobre o “Plano Conceptual de Intervenção Urbanística da Zona do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e Envolvente”, e esse estudo foi finalizado em 2012, com o respectivo relatório. Posteriormente, surgiram outros planos para a linha do metro ligeiro, com a alteração das condições inicialmente previstas e, em 2014, introduziram-se no relatório matérias suplementares. Mas, após a sua finalização, o Governo não tomou qualquer acção concreta. Em Outubro de 2017, o relatório foi divulgado pelo Governo, mas, passado pouco tempo, algumas notícias deram conta de que o Governo ia avançar com outro concurso para o novo plano conceptual referido. Não se percebe a razão desta completa autonegação do Governo, logo após a divulgação do relatório. Segundo o Governo, a razão para um novo concurso tem a ver com o plano conceptual incluído no relatório se destinar a mudar a sede da Unidade Tática de Intervenção Policial e o



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Campo dos Operários, o que, por agora, não é possível satisfazer. Em Maio de 2018, o Governo adjudicou a “Revisão do Estudo do Plano Geral Urbanístico do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco de Macau e das Zonas Envolventes” (doravante designada por “Revisão do Estudo”) à empresa AECOM Macau Companhia Limitada.

De acordo com as informações, o Governo pagou 90 milhões de patacas à empresa de projectos, em 2011, para a elaboração do referido Plano Conceptual. Mas mais tarde houve novamente um concurso público, o que quer dizer que foram desperdiçados os 90 milhões de patacas do erário público já pagos. Quanto à “Revisão do Estudo”, desta vez o Governo pagou novamente quase 10 milhões de patacas (MOP 9,968,000) à empresa em causa. Nos últimos sete anos, o Governo efectuou dois estudos de definição de planos para o Posto fronteiriço das Portas do Cerco, gastando 19 milhões de patacas do erário público. Mas, até ao momento, a sociedade não tem meios para saber se o referido Plano vai ou não ser finalmente concretizado, nem sabe quais os planos em concreto a aplicar pelo Governo para a concretização do teor dos referidos estudos.

Na sociedade nunca deixaram de existir vozes, criticando o Governo pelo desperdício de grande quantidade de erário público valioso em pesquisas repetidas. Tendo em vista que os sintomas “falar mas não fazer” e “discutir mas não decidir” se tornaram uma doença do Governo, a sociedade receia que desta vez a “Revisão do Estudo” volte a repetir os mesmos erros.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Em 2011, procedeu-se à elaboração do referido Plano Conceptual, definindo o posto fronteiriço das Portas do Cerco como a entrada modernizada da cidade, segundo o posicionamento de centro mundial de turismo e lazer. Assim, a Praça das Portas do Cerco, o Edifício Comandante Pinto Ribeiro, a sede da Unidade Tática de Intervenção Policial, o Campo dos Operários e a área de estacionamento dos autocarros dos casinos foram incluídos como pontos importantes no referido estudo, esperando-se, através da definição de planos, aproveitar racionalmente os terrenos na zona em causa. Mas, no decurso da “Revisão do Estudo”, o Governo afirmou que só ia considerar os locais que lhe pertencem, não pensando em recorrer aos terrenos afectos ao Campo dos Operários, nem aos do estacionamento dos autocarros dos casinos. Isto quer dizer que o posicionamento das Portas do Cerco enquanto acesso modernizado da cidade e do centro mundial de turismo e lazer sofreu alteração? Que terrenos vão ser afectos ao ajustamento no âmbito da “Revisão do Estudo”?

2. Em 2011, foi incumbido, conjuntamente, à GL – Construções, Estudos e Projectos de Engenharia, Limitada e à Ting Han Internacional – Consultoria de Engenharia S.A. (Sucursal de Macau) um estudo sobre o “Plano Conceptual de Intervenção Urbanística da Zona do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e Envolvente”. Estas duas empresas também concorreram ao último concurso



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

da “Revisão do Estudo”, e o Governo acabou por adjudicar este estudo à AECOM Macau Companhia Limitada. Então, isto significa que a “Revisão do Estudo” vai negar completamente os resultados antes obtidos no estudo sobre o referido Plano Conceptual de Intervenção e vai ser tudo feito de novo?

3. A “Revisão do Estudo” foi adjudicada, em Maio de 2018, a uma empresa de projectos, com o prazo de execução de 280 dias, o que quer dizer que o relatório de estudo só poderá ser concluído no primeiro trimestre de 2019. Nessa altura, faltará menos de um ano para o término do mandato do actual Governo, portanto, as pessoas questionam se o estudo pode ser implementado. Então, o Governo tem alguma calendarização para a conclusão da “Revisão do Estudo”? De que planos e medidas dispõe para acelerar o seu andamento? Será ignorado este estudo com a mudança do Governo e dos governantes, tal como aconteceu com o estudo anterior?

13 de Novembro de 2018

**O Deputado à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,  
Lei Chan U**